

A indústria vinícola em Andradadas, a Festa do Vinho e sua patrimonialização

The Wine Industry in Andradadas, the Wine Festival, and Its Heritage-Making Process

Enviado em: 06-05-2025

Aceito em: 07-07-2025

Ricardo Luiz de Souza¹

Pedro Paulo Abreu Funari²

Claudio Umpierre Carlan³

Resumo

O artigo começa com uma apresentação sobre a importância do patrimônio histórico, a construção de uma identidade, importância da memória, do turismo ligado a vitivinicultura. Nesse sentido, usamos com referência o Sul de Minas, especificamente a região de Andradadas e Caldas, que possuem uma tradição reconhecida no Brasil e no mundo na produção de vinhos. Assim, realizamos uma análise do polo turístico e econômico, através do cultivo da vinha, que acompanha a sociedade Humana há mais de 10 mil anos.

Palavras-Chaves: Vinho, patrimônio, turismo.

Abstract

The article begins with a presentation on the importance of historical heritage, the construction of an identity, the importance of memory, and tourism linked to winemaking. In this sense, we use as reference the South of Minas Gerais, specifically the region of Andradadas and Caldas, which have a tradition recognized in Brazil and worldwide in wine production.. Thus, we conducted an analysis of

¹ Possui Graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2015) e Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal de São João del Rei (2019). Também é Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas/MG. Cursa Doutorado em História na linha "Memória, Cultura e Visualidades" pela Unicamp.. E-mail: r239111@dac.unicamp.br

² Professor Titular (História Unicamp 2004), Livre-Docente (História Unicamp 1996), Doutor (Arqueologia USP 1990), Mestre (Antropologia Social USP 1985), Bacharel (História USP 1981), Técnico (Publicidade 1976). E-mail: ppfunari@unicamp.br

³ Professor Titular de História Antiga / Unifal-MG. Possui graduação em História pela Universidade Veiga de Almeida (1995), especialização em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1997), mestrado em História Social (Antiga e Medieval) pela Universidade Federal Fluminense (2000) e doutorado em História Cultural (Antiga e Medieval) pela Universidade Estadual de Campinas (2007).G. E-mail: claudiocarlan@gmail.com

the tourist and economic hub, through the cultivation of vines, which have accompanied human society for over 10 thousand years.

Keywords: Wine, heritage; tourism.

Introdução

Em sentido etimológico, patrimônio advém da palavra latina “*patrimonium*”, que é uma junção de “*patri*”, termo designador de “pai”, com “*monium*”, que se traduz como “recebido”, para referir-se à herança material passada de pai para filho (Funari; Peregrini, 2019, p. 20). Esse conceito manifesta o desejo de transmitir os bens materiais de uma família, tais como os imóveis, terras, benfeitorias, entre outros. Contudo, o Patrimônio Cultural desenvolve o juízo de que o “patrimônio” é algo a ser transmitido para as gerações futuras, seja ele de forma material (construções, monumentos ou obras) ou imaterial (ideias, técnicas ou saberes), na qual existe certa construção social que traz em seu conteúdo os princípios identitários de diversos grupos sociais ou dos indivíduos.

Assim, a ideia de Patrimônio Cultural configura-se como todo o bem que preserva a identidade ou a memória social de um povo ao longo da História. Sendo assim, percebe-se os diferentes grupos humanos possuem peculiaridades no seu modo de pensar, sentir e conceber o mundo, fazendo com que estes conceitos sejam passados de geração em geração, constituindo e construindo culturas distintas.

As primeiras políticas de preservação que organiza o patrimônio cultural surgiram com o advento da Revolução Francesa, em 1789. A partir de 1792, o Comitê de Salvação Pública instituiu as primeiras políticas públicas buscando a preservação e proteção dos patrimônios edificados franceses. Entretanto, dentro das alas mais radicais dos Jacobinos, existiam indivíduos que queriam pôr a pique os monumentos que eram relacionados à figura do absolutismo e da opressão. Após a vitória da ala mais moderada no comitê, os bens materiais desses entes passaram a pertencer ao Estado francês. Assim, esses bens culturais começaram a ser enxergados como os representantes do empenho coletivo de cada cidadão, e deveriam ser conservados para a posteridade, pois representavam todo o esforço laboral do povo francês. Nascia, assim, o conceito de preservação de monumentos, obras, edificações etc. visando representar a identidade e os valores de determinada sociedade. Deste modo, o povo francês

teria feito legalmente a preservação de vários imóveis com o intuito de difundir o civismo e a história da França às futuras gerações.

Assim, os franceses também entrariam em contato com o conhecimento de seu passado, criando, paulatinamente, laços de pertencimento e identidade, que, em outro momento, contribuiriam para a afirmação do Estado-Nação e do sentimento de nacionalidade, aspectos tão caros no desenrolar das Guerras Napoleônicas, cujo furor patriótico era peça motriz da máquina de guerra francesa.

Na América Latina, e a região sul dos Estados Unidos, a cultura do vinho foi estabelecida pelo conquistador espanhol, a partir do século XVI. Vieram da Europa uma grande quantidade de vinhas, das mais diversas qualidades e tipos, foram devolvidas juntos as vinícolas em solo americano.

No Brasil, as legislações para a proteção do Patrimônio Cultural são relativamente recentes. O Estado Novo Vargas criou em 1937, por meio do Decreto-Lei nº 25, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Órgão Federal com a missão de determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio histórico e artístico nacional. É importante também salientar que foi por meio desse Decreto-Lei que o Brasil obteve a criação do instrumento do tombamento (Paiva, 2011). Todavia, os bens de natureza arqueológica somente teriam sua proteção legal a nível nacional em 1961, através da Lei de nº 3.924.

Com a redemocratização do país e o fim da Ditadura Civil-Militar em meados da década de 1980, a luta pelo reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural também entraria nas discussões da Assembleia Constituinte. Nisso, a Constituição Federal de 1988, na figura de seu art. de nº 216⁴, trouxe pela primeira vez em uma Carta Magna o direito de todos os povos no uso e rememoração de seus demais patrimônios. De tal modo, a Constituição de 1988 define que o patrimônio cultural de um povo diz respeito aos valores culturais essenciais à sua história, memória e tradições, com o intuito de dar identidade, auxiliando, desta forma, na concepção de autodeterminação dos diferentes povos constituintes do Brasil. Em razão

⁴ O art. 216 da CF assim dispõe: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (...).

dessa importante relevância, o Estado Nacional qualifica o direito ao patrimônio cultural como fundamental para todos os cidadãos brasileiros, já caracterizando o patrimônio como possuidor de natureza imaterial e material. No entanto, seria somente no ano de 2000 que os patrimônios de natureza imaterial, ou seja, as danças, técnicas, tradições, mitos, lendas etc., teriam um reconhecimento legal por parte do Estado. Destarte, durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve a instituição da regulamentação acerca do Registro do Patrimônio Imaterial, através do Decreto de nº 3551, de 4 de agosto de 2000. O registro é um importante passo para o reconhecimento da diversidade cultural que integra a identidade e a memória de diferentes povos na construção cultural brasileira.

Particularmente um esforço importante tem sido o de problematizar a construção simbólica acerca do patrimônio cultural, pois entende-se que esse campo se constitui como uma prática social formadora de conflito de ordem material, imaterial e simbólica, que ocorre no processo de institucionalização da memória-histórica de diferentes países e grupos sociais (Paiva; Souza, 2018, p.28). Nos últimos anos, verifica-se que a partir de releituras acerca dos conceitos de patrimônio e das políticas de preservação a ele relacionadas, o desenvolvimento de um esforço para a problematização do patrimônio como uma prática social formadora e construtiva na esfera material e simbólica, cuja prática não é neutra, pois a institucionalização da memória-histórica de diferentes grupos sociais também é constituída por discursos, narrativas, manipulações e construções de sociabilidades.

A partir do conceito de patrimônio cultural e das políticas de preservação a ele relacionadas, é possível compreender os múltiplos sentidos e valores que norteiam a seleção dos bens culturais dentro das mais distintas comunidades. No âmbito das políticas acerca da consolidação dos órgãos do patrimônio, é importante perceber que as políticas públicas relacionadas ao campo do patrimônio, acontecem “a partir de ações inseridas no tempo e no espaço – o espaço físico, territorial, geográfico. Todas as ações patrimoniais são valorativas e se portam como construções ideológicas de seleção, de recorte e de conhecimento” (Magalhães, 2021, p. 253).

À vista disso, neste artigo, em especial, trataremos da história da vitivinicultura em Andradas, município localizado no Sul de Minas Gerais, e a relação dele com a Festa do Vinho, bem imaterial municipal, cuja primeira edição se deu em 1954. A partir dessa inter-relação entre uma cultura econômica e a celebração, apresentar-se-á a realização de uma

oficina de Educação para o Patrimônio como intermediadora entre os saberes escolares, sociais e culturais, e que fazem com que o jovem educando se aproprie da cultura que o circunda, despertando o interesse pela história regional e aprofundando, mesmo que paulatinamente, o sentimento de pertencimento e identidade.

Breve história da vitivinicultura em Andradas

Para que possamos entender o surgimento da vitivinicultura no Sul de Minas Gerais é preciso lançar um olhar para o Estado vizinho de São Paulo. Em meados do século XIX, a uva já era amplamente plantada e difundida em alguns municípios paulistas, tais como Jundiá e São Roque. Nessas localidades, o cultivo e a produção já seguiam um certo vulto, devido principalmente a proximidade dessas localidades com a cidade de São Paulo, capital que crescia de forma exponencial a partir do último quartel do século XIX. Nessa mesma época, a vitivinicultura já estava presente em diversas localidades de Minas Gerais, mas foi no Sul do estado, bem incrustado ao pé da extensa Serra da Mantiqueira, que os mais variados parreirais se desenvolveram.

Em 29 de fevereiro de 1888, por mediação do Cel. José Francisco de Oliveira⁵, foram plantadas vinte variedades de parreiras provenientes da França, através da empresa Elach Freres & Cia, de São Paulo. Entre estas, cerca 487 pés da variedade Jacques foram plantados. O Cel. Oliveira realiza alguns experimentos com essas cultivares em suas propriedades, e percebendo que seus ensaios logram êxito, logo começa a produzir vinhos⁶. José Francisco de Oliveira era um grande fazendeiro da Vila do Caracol, possuindo grandes lotes de terras e plantel de escravos, sendo bastante plausível a hipótese que os primeiros cultivadores da uva na região sejam seus escravos. Esse proprietário também era o único em toda a Vila do Caracol que possuía maquinário a vapor em sua propriedade (Veiga, 1874). No relatório

⁵ Os vinhos produzidos pelo Cel. Francisco José de Oliveira foram destaque em concurso, alcançando elevada qualidade. Tal concurso foi realizado na então capital de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto. Jornal Correio de Poços. Número 90, 26 de junho de 1891.

⁶ O pioneirismo do Cel. José Francisco de Oliveira, proprietário da Fazenda Pirapetinga na Vila do Caracol, também é citado na Revista Industrial de Minas Geraes, que destaca que o viticultor resolveu praticar “novos ensaios de aclimação e cultura, e comprou de uma casa importadora, a Loja do Japão -, na cidade de São Paulo, em agosto de 1890, grande quantidade de mudas enraizadas de videiras de diferentes casas, que passam por productoras de bom vinho”. Ver em: OLIVEIRA, Francisco de Paula. Revista Industrial de Minas Geraes. MEDRADO, Alcides (Editor). Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, n. 4, 15 de janeiro de 1894: 15.

realizado pela revista do Arquivo Público Mineiro, no ano de 1900, na página 100, o Coronel José Francisco de Oliveira é descrito como o maior produtor de uvas e vinhos da região:

A primazia na produção de vinhos na região pelo Coronel Oliveira também pode ser verificada na tese de Carlos Rovaron. Neste trabalho, o historiador Rovaron analisou diversos contratos de compra e venda de imóveis rurais na região de Caldas- MG, feitos no decorrer do século XIX. Todavia, em um desses documentos, Rovaron localiza uma certa propriedade da região que pertence ao Cel. José Francisco de Oliveira; porém, nas entrelinhas do contrato analisado, podemos perceber algumas informações e características sobre a propriedade.

Em 1891, José Francisco de Oliveira vendia a Manoel Augusto de Oliveira a Chácara Pirapetinga, nos subúrbios da Vila Caracol, contendo: máquina a vapor de beneficiar café, uma casa com pastos contíguos e anexos, partes de terras de culturas com fábrica de vinho e vinhedos formados, mais uma olaria. (Rovaron, 2015, p. 97).

De acordo com Silva (1996), as videiras e a produção de vinho se desenvolvem lentamente a partir do pioneirismo do Cel. Oliveira, espalhando-se para quintais de outros produtores vizinhos ao Cel. Em 1911, a antiga Vila do Caracol (atual Andradas) já despontava como a segunda maior produtora de vinho do Estado de Minas Gerais, com 49.500 litros de vinho. A cidade vizinha de Ouro Fino, encabeçava também a lista dos maiores do Estado, com mais de 79.000 litros de vinhos em 1911 (Jacobs, 1911, p. 42).

Já em 1918, o jornal “A Defeza”, realizou uma crônica sobre a Vila do Caracol, descrevendo as diversas atividades econômicas que seus habitantes realizavam e as suas particularidades. No artigo há uma menção ao cultivo da uva.

Os vinhedos municipais, apesar das pragas que tem-se aumentado consideravelmente, tiveram uma safra abundante, exportando os vinhateiros mais de 6000 quintos de vinhos que são muito apreciados e vendidos nos melhores mercados; e maior seria a exportação se grande parte da colheita fosse vendida em cachos aqui mesmo⁷.

Uma vez que os cepos de videira estavam adaptados ao clima, solo e à altitude da Vila do Caracol, a vitivinicultura iria se desenvolver ainda mais nos decênios posteriores e, principalmente, cresceria com o novo elemento social que surgira no espaço regional: o imigrante italiano e português.

⁷ Jornal “A Defeza”. Caracol, 1º de Janeiro de 1918, p. 02.

A imigração italiana e portuguesa e o cultivo da uva em Andradadas.

O atual território de Andradadas, localiza-se na porção Sul do Estado de Minas Gerais e é limítrofe com alguns municípios paulistas, tais como São João da Boa Vista e Espírito Santo do Pinhal. A Vila do Caracol recebeu muitos imigrantes provenientes das fazendas de café dessa região, que é pertencente a extensa e rica região da Mogiana Paulista. Esses imigrantes, provenientes majoritariamente do norte da Itália⁸ e Portugal, vieram para substituir os escravizados africanos que trabalhavam nas fazendas de café da região, e posteriormente, para virarem proprietários. O historiador andradense João Moreira da Silva, autor da obra “Caminhando de Samambaia a Andradadas”, organizado postumamente por sua filha, a memorialista e historiadora Nilza Alves de Pontes Marques, adverte para as condições socioeconômicas que fizeram à vinda desses imigrantes para a região de Andradadas eram complicadas, não contavam com nenhum apoio.

Nesse ínterim, o Estado de Minas Gerais, também “copiou” o modelo paulista de subvenção à imigração a partir de 1890, mas sem conseguir atrair o mesmo quantitativo que o Estado vizinho. Esse fator reforça a hipótese de que os italianos que aportaram em Andradadas vieram da região cafeeira de São João da Boa Vista, na Mogiana. Acerca da subvenção do Estado de Minas para a imigração, Petrone (1997) afirma:

Em Minas Gerais, onde a cultura do café apresentava grande desenvolvimento em fins do século passado, quis-se imitar o “sistema paulista” de atrair imigrantes. A partir de 1892, o Estado passou a subsidiar as passagens dos imigrantes que deviam resolver os problemas de mão-de-obra dos fazendeiros de café. Mas, ao contrário do que acontecia em São Paulo, os imigrantes deviam, depois de instalados, reembolsar o Estado com dois terços dos gastos, além de os fazendeiros serem obrigados a se responsabilizarem por uma parte das despesas. Em 1894, percebendo-se que esse sistema não dava resultado, e que assim não se poderia atrair imigrantes que preferiam São Paulo, o governo resolve subsidiar inteiramente a passagem, além de criar em Gênova um escritório que devia promover a imigração de italianos para Minas Gerais. (Petrone, 1997, p. 121).

A Estrada de Ferro Mogiana S.A possuía ramais e estações nos municípios paulistas limítrofes com a Vila do Caracol (Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista), nos

⁸ A memorialista e historiadora Nilza Alves de Pontes Marques identificou que a grande maioria dos imigrantes que vieram para Andradadas eram provenientes do Vêneto. Ver: MARQUES, Nilza Alves de Pontes Marques. **Os Estrangeiros na Construção de Andradadas**. Andradadas: Caseli & Ribeiro Gráfica e Editora LTDA. 1995.

quais a cafeicultura se desenvolvia vigorosamente. Esse fator logístico e a proximidade que tais localidades possuíam da Vila do Caracol podem ter contribuído para que muitos imigrantes viessem para a Vila com o objetivo de comprar lotes de terra ou simplesmente trabalhar em outras ocupações.

Com respeito ao contingente social que compunha a Vila do Caracol, a Revista do Arquivo Público Mineiro, do ano de 1900, assim descreve: “Ha no districto grande numero de trabalhadores estrangeiros, de nacionalidade italiana em sua quasi totalidade, que vencem o salario de 2\$ a 8\$ com ou sem alimentação fornecida pelos proprietários (Minas Gerais, 1900, p. 06)”. Essa fonte nos revela que talvez uma parte dos imigrantes que vieram para Andradas não se constituíam inicialmente de pequenos sitiantes, mas de jornaleiros que trabalhavam em diferentes propriedades locais. O relatório da Revista do Arquivo Público Mineiro ainda descreve que a totalidade dos negociantes da Vila é estrangeira, de maioria italiana. Tal fonte ainda traz uma informação importante acerca do destino dos ex-escravizados da região:

A emigração para fora do municipio nos últimos tempos, quer para outros pontos deste Estado, quer para o do São Paulo consiste apenas de ex-escravos, cujo numero estima-se em 1500, e que abandonaram esta localidade por não quererem submeter-se ás justas e previdentes exigências da autoridade policial no sentido de obrigalo-os a empregar-se. Esse movimento, porém, cessou, com a sahida da população ociosa e inútil. (Minas Gerais, 1900, p. 06)

Se por um lado foi o Cel. Oliveira que instala e prepara as cultivares de uvas para se adaptarem ao clima, solo e altitude da antiga Caracol, por outro lado, são os imigrantes italianos e seus descendentes que fizeram da vitivinicultura uma importante economia da região, expandindo-a em seus pequenos terrenos.

Esse novo grupo social adaptou-se muito bem ao cultivo da parreira, pois muitos desses trabalhadores já tinham conhecimentos e experiências sobre a cultura da uva, desde os tempos de quando eram trabalhadores na Itália. Assim, são adaptados também ao cultivo da uva Jacques, a videira historicamente mais cultivada do município e a que mais se adaptou ao clima da região.

Em 1917, um dos jornais da antiga Vila do Caracol relata a importância da presença italiana nas mais distintas ocupações e meios econômicos da localidade sul-mineira. Tal periódico é bastante enfático ao relatar a representatividade e a importância social dos

imigrantes e seus descendentes na sociedade caracolense, mas com, talvez, um certo exagero, é verdade:

[...]É, sem dúvida, predominantemente neste município, a colônia italiana. Em todos os ramos que constituem a nossa atividade coletiva e publica, tem a laboriosa colônia italiana, de Caracol, os seus representantes. A nossa lavoura agrícola tem nesse elemento de progresso e de riqueza a cousa única do seu aumento sempre crescente. O incremento que as nossas fazendas têm tomado ultimamente, produzindo resultados bastante compensadores aos seus felizes proprietários, é devido exclusivamente a essa laboriosa colônia que, procurando resultados satisfatórios aos seus esforços e às suas energias dispendidas, cultivando e valorizando imensamente essas propriedades agrícolas, permite aos seus proprietários resultados positivos, risinhos e benfazejos. (A Defeza, 1917, p. 01.)

Muitas outras localidades sul-mineiras limítrofes com o Estado de São Paulo também receberam uma grande massa imigrante de diversas nacionalidades, contudo, o maior número era de proveniência italiana, seguida pelos portugueses e espanhóis. Atraídos por melhores opções de trabalho, moradia ou pela possibilidade de compra de terras, muitos imigrantes cruzaram as divisas dos Estados e adentraram em solo sul-mineiro.

Figura 1: uma das dezenas de rótulos de vinhos que existiram em Andradadas, de propriedade de filhos de imigrantes italianos. Ano de 1949.



Fonte: Acervo de Ricardo Luiz de Souza.

Uma vez donos de seus próprios terrenos, os imigrantes dão início ao plantio de café e gêneros de primeira necessidade (milho, feijão, arroz, etc.), mas também deixaram parcelas de suas terras para o cultivo de uva, já que essa cultura se adaptou tão bem ao solo, clima e altitude da região. Com essas uvas, começam a produzir vinhos artesanais para o consumo

próprio, para as festividades religiosas ou para a recreação com amigos e vizinhos. Assim, essas propriedades que outrora plantavam café como atividade principal, passam também a cultivar a uva e a produzir vinho em pequenos barracões ou no porão das casas.

Com o passar do tempo, estas numerosas adegas que vão se formando começam a comercializar seus vinhos com variados locais, seja por conta da qualidade, da aceitação no mercado, ou também, do desenvolvimento da indústria de bebidas nacional. Nisso, os vinhos produzidos pelos vitivinicultores andradenses começam a ser vendidos para diversas localidades de Minas Gerais e no crescente mercado paulista. Tal fator provém da conjunção de fatores ligados ao crescimento da indústria nacional nos primeiros decênios do século XX e uma melhoria nos transportes em geral, sendo este último primordial que contribuiu para o sucesso da empresa vinícola de Andradas.

Dessa forma, o escoamento do vinho para as cidades do interior de São Paulo e, principalmente, para a capital paulista, eram facilitados pela melhoria no transporte rodoviário e pelo alcance das ferrovias. Assim, começa a se criar uma economia que alcançara seu auge nas décadas de 1950 e 1960, fazendo com que Andradas se tornasse a maior produtora de vinho do Estado de Minas Gerais e a segunda maior zona produtora do país. Com a chegada da grande vinícola Izidro Gonsalves S.A, em 1959, a qual era produtora dos famosos vinhos tipo “Madeira” e proveniente da Ilha da Madeira, em Portugal, a indústria vinícola andradense chegara a seu auge, entrando em declínio a partir dos anos 1980, com a concorrência de outros centros vinícolas com custos mais baixos, falta de cooperativismo, perda de mercados e proeminência da cultura cafeeira em detrimento dos vinhedos.

A Festa do Vinho

Em 1951, o município vizinho de Caldas, cujo desmembramento do território deu origem ao município de Andradas, iniciou sua tradicional Festa da Uva, fator que incentivou e impulsionou para que algumas autoridades andradenses, produtores e diretores da Subestação de Enologia comessem a perseguir o objetivo de realizar uma festa para promover os vinhos andradenses. No ano de 1954, é organizada e realizada a primeira Festa do Vinho, evento que possuía como premissas principais: a divulgação dos vinhos andradenses, o desenvolvimento vitivinícola e a vinda de turistas para a cidade. O então Governador do Estado de Minas Gerais, à época, Juscelino Kubitschek, participou ativamente

do evento, premiando alguns vinhos no primeiro concurso realizado, além de premiar com uma bela coroa a primeira Rainha da Festa do Vinho, a andradense Ana Maria de Oliveira. Essa celebração foi uma das primeiras festas vinícolas do Brasil.

Muitas exposições midiáticas em mídia escrita e visual fizeram com que a Festa do Vinho fosse um dos eventos mais esperados do Sul de Minas Gerais. Os turistas que por aqui aportavam ficavam conhecendo e apreciando os diversos vinhos produzidos pelas dezenas de vinícolas existentes, além de levarem sempre um pouco para casa. Assim, a realização desse evento foi muito importante para alavancar a produção de vinhos na cidade, uma vez mais Andradas era conhecida a nível estadual e nacional como a “Terra do Vinho”. A importância econômica e social que o vinho causava ao município pode ser evidenciada na construção do sólido e pomposo “Pavilhão do Vinho”, localizado bem no coração da cidade, e foi construído no final da década de 1960, para ser a sede dos festejos.

A Festa do Vinho sempre contou com uma grande participação do público, além de contar com várias apresentações artísticas e diversidade gastronômica. Em novembro de 2018, a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura finalizou um dossiê de Registro sobre a Festa do Vinho, uma vez que a festividade é cultural e historicamente relevante para a população. Assim, um complexo dossiê de Registro foi elaborado, contendo o histórico da Festa, suas particularidades, sua elaboração ao longo das décadas e, principalmente, a confecção de um plano de salvaguarda para a sua execução ao longo dos anos. A Festa do Vinho foi registrada como Patrimônio Cultural através do decreto municipal n.º 1970, de 30 de novembro de 2018, e sua inscrição foi feita no livro das Celebrações.

A educação para o patrimônio junto à comunidade

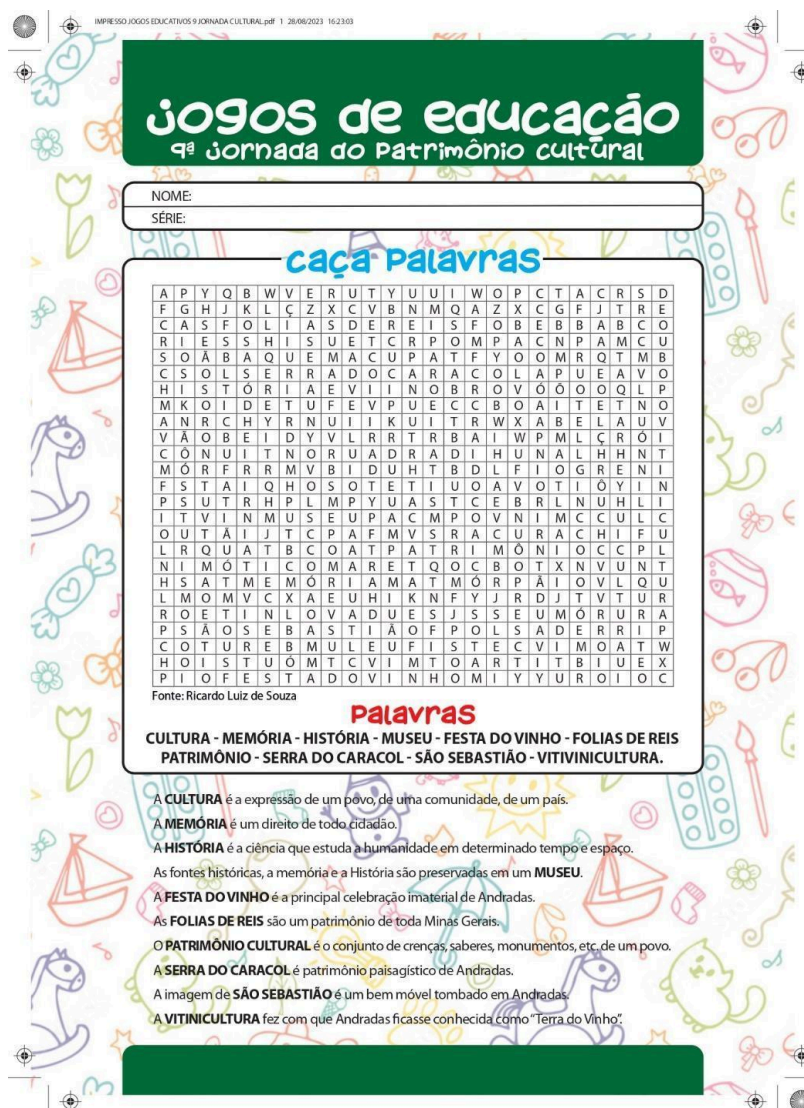
A educação para o patrimônio é um instrumento de “alfabetização cultural”, ao possibilitar que os indivíduos façam a leitura do mundo que o rodeia, levando-os à compreensão da dimensão sociocultural e da trajetória histórico-temporal qual estão inseridos no mundo. Este processo, amiúde, leva ao crescimento da autoestima dos indivíduos e das comunidades e à valorização da cultura brasileira, entendendo que a cultura brasileira é plural e diferenciada entre seus grupos. Nisso, a educação para o patrimônio leva ao acesso do

sentimento de alteridade cultural, ou seja, o respeito pela diversidade. Antes de preservar qualquer bem, é importante que ele seja apropriado pela sua população, que seja difundido e que traga a todos o sentimento de pertencimento. À vista disso, apresentamos as histórias relacionadas ao vinho como forma de difundi-los junto às atuais gerações de leitores. Acreditamos ser papel da escola atuar na formação cidadã da comunidade escolar, apresentar os perigos da ignorância histórica, proporcionando acesso ao alunado ao conhecimento inclusivo, compreensão, criticidade e formação humana para um convívio em sociedade saudável e produtivo.

À vista dessas premissas, nos dias 13 e 14 de setembro de 2023, na Escola Estadual Edmundo Vieira, em Andradas, aplicamos uma oficina cultural aos alunos do 8º ano cuja premissa era apresentar os patrimônios culturais do município na forma de uma atividade lúdica, ou seja, foram realizados jogos educativos, os quais os alunos aprendiam mais um sobre os patrimônios materiais e imateriais do município, inclusive a Festa do Vinho. A atividade durou cerca de 1h30 minutos, abarcou a difusão patrimonial para cerca de 50 alunos e fez parte da 9ª Jornada do Patrimônio Cultural⁹, atividade proposta pela Secretaria de Turismo e Cultura de Minas Gerais-Secult/MG.

⁹A Jornada do Patrimônio Cultural de Minas Gerais tem por finalidade mobilizar municípios, entidades e agentes culturais para a realização de atividades que sensibilizem a sociedade para a promoção, valorização e preservação do Patrimônio Cultural dos municípios mineiros. Realizada bienalmente nos anos ímpares, a Jornada do Patrimônio Cultural de Minas Gerais integra a programação do Dia do Patrimônio e incentiva o desenvolvimento de diversas atividades destinadas a todos os perfis de público e faixas etárias.

Figura 2: página 1 do jogo apresentado.



Fonte: Acervo de Ricardo Luiz de Souza.

A atividade foi importante para a compreensão dos alunos como sujeitos históricos e para a difusão dos patrimônios culturais municipais. Diante desses agentes multiplicidades culturais, não podemos pensar em uma educação para o patrimônio reduzida somente a uma única via para a produção de conhecimento, privilegiando apenas uma área específica, que se quer legitimar como lugar de onde fala o “profissional do patrimônio” ou o “entendido”. Nisso, nessa atividade proposta com as crianças da escola envolvida, ouvimos atentamente as dúvidas e ideias dos alunos acerca dos conceitos do Patrimônio Cultural, com o fito de construir conhecimento novo, democrático e fosse adaptado à realidade local da escola.

Figura 3: Estudantes fazendo as atividades propostas na oficina.



Fonte: Acervo de Ricardo Luiz de Souza.

A atividade mostrou-se muito proveitosa, pois os educandos lançaram mão de muitas perguntas e tiveram a oportunidade de aprender como os patrimônios culturais e, em especial, sobre a vitivinicultura e a Festa do Vinho, uma vez que essas atividades fazem parte da identidade regional, e carregam memórias e histórias plurais. Ao final, acredita-se que os resultados podem levar a uma compreensão mais detalhada das representações visuais, culturais, religiosas, linguísticas, referências geográficas ligadas à Festa do Vinho, atuando, assim, de maneira global pelo reconhecimento social e político de Andradas e região.

Considerações finais

A partir deste trabalho, que se fundamentou nas mais variadas fontes, podemos salientar que a vitivinicultura de Andradas possui diversos agentes perpetuadores. Se por um lado é o fazendeiro Cel. José Francisco de Oliveira que importa as diversas cultivares de parreiras e as adapta às peculiaridades da região; por outro, é a vinda dos imigrantes italianos que potencializa a produção de vinho em Andradas.

Assim, torna-se importante que esse bem patrimonial de natureza imaterial seja salvaguardado, promovido e incentivado de forma pecuniária através do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Assim, o Patrimônio Cultural, e sua manutenção, é de suma importância para a cultura, educação, memória e sentimento de pertencimento a população andradense e, também, da região sul-mineira. Em 2025, a Festa do Vinho completará sua 58ª Edição.

Referências Bibliográficas

A DEFEZA. Ano I. Caracol, 22 de julho de 1917

A DEFEZA. Ano II, Caracol, 01 de janeiro de 1918

ANDRADAS. Dossiê de Registro da Festa do Vinho. Andradadas: Ame Cultura, 2018. Disponível em: <https://andradadas.loci.net.br/bens-registrados/>. Acesso em: 02 de abril de 2025.

ANDRADAS. Decreto n.º 1970, de 30 de novembro de 2018. Homologa o registro do Bem Imaterial "Festa do Vinho" e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mg/andradadas?o=&q=1970&types=5>. Acesso em: 09 de mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.html. Acesso em: 15 mar. 2006.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm. Acesso em: 16 de abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CABRAL, Carlos. **Presença do Vinho no Brasil: um pouco de História**. São Paulo: Editora da Cultura, 2004

CAMPOS, Constante. **Andradas em Revista**. Andradadas: edição própria, 1955

CAMPOS, Sebastião Roberto de. **Andradas e sua trajetória luminosa**. Andradadas: Caseli & Ribeiro Gráfica e Editora Ltda, 1996.

Revista Memória em Rede, Pelotas, v.17, n.33, Jul/Dez 2025 – ISSN- 2177-4129
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>

CARLAN, Claudio Umpierre. SOUZA, Ricardo Luiz de. FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Encantos de Bacos: vinho e cultura no sul de Minas**. 1ª. Ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

CASALECCHI, José Ênio. Arrolamento das fontes históricas do município de Andradas (Estado de Minas Gerais). **Revista de história**, v. 42, n. 85, 1977. p. 227-240. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129599>. Acesso em: 02 de abr. 2025.

CORREIO DE POÇOS. Poços de Caldas, n.º 90, 26 de junho de 1891.

COSTA, Emilia Viotti da. **O escravo na grande lavoura**. in **O Brasil Monárquico, tomo II: Reações e transações** / por Francisco Iglésias... [et al.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

INGLEZ DE SOUSA, Julio Seabra (Coord.). **Uvas para o Brasil**.

Piracicaba: FEALQ, 1996.

JACOOB, Rodolfo. **Minas Gerais no XXº século**. Rio de Janeiro: Irmão & C Gomes, 1911

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. **(Org.) Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Educação Patrimonial e vitivinicultura em Andradas: Memória, identidade e possibilidades de pesquisa**. In: CARLAN, Cláudio Umpierre *et al.* **Encantos de Baco: Vinho e Cultura no Sul de Minas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MARQUES, Nilza Alves de Pontes Marques. **Os Estrangeiros na Construção de Andradas**. Andradas: Caseli & Ribeiro Gráfica e Editora LTDA. 1995.

MINAS GERAIS. **Analyses dos Vinhos Mineiros. Concurso Agrícola de 1895**. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, 1896, p. 04.

MINAS GERAIS. **Chorographia Mineira (município de Caracol)**. Bello Horizonte: Imprensa oficial de Minas Gerais, 1900.

OBERACKER JR., Carlos H. **O Brasil monárquico, tomo II: reações e transações**/ por Francisco Iglésias...[et al.]. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997- (História geral da civilização brasileira; v. 3, t. 2: 120)

MEDRADO, Alcides. **Vinhos mineiros**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano I, n. 4, 15 de janeiro de 1894.

PAIVA, Carlos Magno de Souza; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Direito do Patrimônio Cultural: compêndio da legislação brasileira**. Ouro Preto: Graphar, 2011.

PAIVA, Carlos Magno de Souza; SOUZA, André H. M. de. **Manual para quem vive em casas tombadas**. Ouro Preto: Graphar, 2018.

PASTRE, Rafael. **Evolução Sócio-econômica de Andradas-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Economia, Unicamp, 2012.

PETRONE, Tereza Schorer. **Imigração assalariada. In O Brasil Monárquico, tomo II: Reações e transações** / por Francisco Iglésias... [et al.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ROVARON, Carlos Eduardo. **O xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA, João Moreira. **Caminhando de Samambaia a Andradadas**. Andradadas: Pontes, 1996. (Obra póstuma).

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.